

20 PROPOSTAS PARA O G20

Por democracia e equidade e para o enfrentamento aos autoritarismos

Vivemos um momento em que o desenvolvimento capitalista - ultra neoliberal e extrativista, baseado na extinção dos direitos fundamentais, humanos e sociais conquistados pela luta da sociedade - e os extremismos reacionários e autoritários colocam em risco e, até mesmo, impedem o sonho de uma sociedade com igualdade e justiça. As forças democráticas precisam encontrar caminhos de defesa e construção de modos de vida, com preservação e usufruto dos bens comuns, para salvaguardar a própria humanidade e o planeta. Enfrentar os valores reacionários, ultra neoliberais e autoritários, além de propor e defender valores contra hegemônicos é decisivo para a humanidade. Isso exige legislações e políticas públicas capazes de apontar como estes valores podem constituir um modo melhor de viver a vida em comum e uma revolução cultural associada a medidas concretas representativas desta visão de mundo. Defender e fortalecer a democracia, com equidade e respeito aos direitos humanos, em toda sua amplitude fundamental, assim como a natureza é a base para a luta em defesa da humanidade e da vida em sua diversidade. É fundamental fazer frente às devastações do capitalismo neoliberal, ao ódio e aos negacionismos, ao patriarcado e ao racismo, com a preservação dos bens que são comuns, de modo a garantir que as diversas formas de vida sejam cuidadas, defendidas, preservadas, desenvolvidas, opondo-se à corrosão da democracia e dos direitos humanos, em todas suas dimensões fundamentais, no Sul global e no mundo.

- 1. Defender a democracia como um modo de sociedade** em permanente construção e fortalecer os caminhos para que os processos democráticos não sejam capturados, enfraquecidos e inviabilizados. Defender a democratização do poder, de solidariedade entre as pessoas, de reorganização da vida em comum em formas democráticas e de participação direta, que pressuponham direitos e políticas econômicas, sociais, culturais, educacionais, ambientais, entre outras, capazes de sustentar na prática a disseminação destes novos valores.
- 2. Promover a igualdade e a equidade com enfrentamento das desigualdades** como ação global dos Estados, de modo universal, indivisível e interdependente. Medidas concretas de redução radical da concentração da riqueza e a instituição de procedimentos de acesso universal à renda básica, combinadas com as proteções, reparações e políticas públicas, a fim de garantir a autodeterminação e os direitos de todas as pessoas.

- 3. Avançar na superação das práticas de ódio, intolerâncias e discriminações** é condição para sociedades mais democráticas. Isto exige desenvolver processos permanentes de monitoramento e denúncia de práticas que se alimentem das piores experiências históricas de desumanização (nazismo, fascismo, escravismo, extermínios, autoritarismos, genocídios, colonialismos) e adotar programas e ações públicas concretas de enfrentamento aos fundamentalismos e violências de todo o tipo, em especial os de base religiosa e cultural, a fim de promover a convivência restaurativa e de ampliação dos processos de diálogo intercultural e religioso.
- 4. Promover a defesa da laicidade do Estado**, com mecanismos e procedimentos garantidores de não interferência de doutrinas religiosas nos poderes dos Estados democráticos e em suas políticas públicas, como educação, cultura e saúde. Isto implica estabelecer controle do acesso a fundos públicos, bem como sobre isenções fiscais de organizações e entidades religiosas e vedação do uso de símbolos religiosos em espaços públicos.
- 5. Avançar na consolidação da política de participação da sociedade e de mecanismos de democracia direta**, como conselhos, plebiscitos, referendos, projetos de lei e consulta livre e esclarecida sobre a vida política e cotidiana, a fim de gerar condições para o controle social sobre o Estado e na execução de políticas públicas. Dotar a participação de poder deliberativo sobre o conjunto das políticas públicas e não apenas as políticas sociais, fazendo com que os mecanismos de democracia direta e participativa contribuam para o enfrentamento das desigualdades, para a garantia da equidade e dos direitos humanos e fundamentais para todas as pessoas. Abertura da coordenação dos referendos e plebiscitos para a sociedade civil, abrangendo políticas econômicas e megaprojetos de desenvolvimento que geram impactos destrutivos sobre países, regiões, sobre o meio ambiente, ou sobre territórios e povos e/ou grupos específicos.
- 6. Combater o enfraquecimento das dinâmicas e estruturas democráticas.** Para isto é essencial que os processos insurgentes e instituintes, produzidos por uma diversidade significativa de sujeitos e expressões, antirracistas, antipatriarcais, anticolonialistas e horizontais, sejam permanentes e contem com medidas concretas para sua proteção e promoção.
- 7. Superar o modelo de acumulação infinita com práticas colonialistas, predatórias e expropriatórias**, que seguem reproduzindo dinâmicas de concentração e de desigualdade crescente. Promover alternativas de economia solidária, inovação tecnológica e equilíbrio ambiental para a promoção do *bem-viver* e da *abundância do suficiente* para atender as necessidades humanas sem o uso indiscriminado da natureza. Responsabilização justa do trabalho doméstico, entre homens e mulheres, empresas e Estado. É preciso construir estratégias pós-capitalistas de

convivência e um novo *direito ao desenvolvimento*, que impeçam futuros insustentáveis, com base em relações de respeito, proteção, valorização e promoção da vida.

8. Enfrentar o poder corporativo que cerca com cada vez mais ênfase nossas vidas, que privatiza e expropria excessivamente os bens comuns e controla os dados individuais. Revitalizar e fortalecer os processos comuns, públicos, estatais; regular o poder corporativo das grandes empresas e do capital especulativo e improdutivo; responsabilizar empresas mediante danos e violências causados sobre a natureza e sobre as vidas humanas através de legislações e instrumentos vinculantes em âmbito nacional e internacional. Fortalecer e ampliar mecanismos de controle e regulamentação sobre atuação e influência do poder corporativo e dos interesses privados lícitos e ilícitos (crime organizado e milícias) em processos eleitorais, sobrepondo-se aos interesses coletivos que impactam sobre nossas vidas. Impedir a atuação e a influência de ações e corporações lícitas e ilícitas (crime organizado e milícias) na vida política, bem como da violência, de privação do acesso a bens e serviços essenciais, e do medo como mecanismos de imposição de decisões ou de impedimento de participação efetiva cidadã na vida política, por meio do fortalecimento de mecanismos de controle e de informação internos e internacionais, e do fortalecimento dos movimentos e coletivos sociais e políticos e aperfeiçoamento de modos de organização social e política.

9. Ampliar a formação da cultura política democrática e igualitarista com práticas de educação e formação para o exercício da democracia e do enfrentamento a todos os tipos de violência na sociedade. Isto requer formação permanente e ampla nos espaços formais de educação e processos de educação comunitária. Incluir a formação sobre inteligência artificial e tecnologias da informação a serviço de sociedades, tratar da promoção da memória histórica, que reforça o *direito à recusa, ao nunca mais* e o *direito de resistir* às formas autoritárias, fazendo frente a dinâmicas de *apagamento* e de *esquecimento* das ditaduras e dos processos coloniais, para a construção de valores compartilhados. Reformas da educação, da cultura e do ensino jurídico e das carreiras de Estado, inserindo a democracia como núcleo fundamental de formação dos juristas e profissionais do direito e da justiça e da administração pública.

10. Enfrentar a desinformação e as fake news para evitar a manipulação política e proteger a democracia em todo o mundo e no Sul Global. Desenvolver parcerias regionais e internacionais que promovam a regulação do uso das tecnologias da informação, incluindo a chamada inteligência artificial, das plataformas digitais e a proteção da integridade da informação via cooperação transfronteiriça e internacional. Adotar e aprimorar medidas para a moderação de conteúdos nas redes sociais, com maior transparência e responsabilidade por parte das big techs. Educação midiática e cidadã em todos os níveis de ensino a fim de capacitar as pessoas para o discernimento sobre informações verdadeiras e falsas, diminuindo a vulnerabilidade das populações ante as

manipulações e as propagandas políticas enganosas. Criar meios para a implantação de redes digitais sociais públicas, para a discussão de temas relativos à vida comum, em concorrência às redes digitais sociais privadas, com acesso democrático, amplo, inclusivo e plural da sociedade, adotando-se mecanismos que impeçam o controle e a manipulação de corporações econômicas lícitas e ilícitas organizadas.

11. Defender e fortalecer as instituições e órgãos responsáveis pelos processos eleitorais e pelo exercício das liberdades democráticas. Órgãos como tribunais eleitorais e mídias precisam ser regulamentados e fortalecidos, para atuarem com autonomia, transparência e compromisso com o exercício da cidadania. Uma mídia livre, plural e responsável, aliada a um sistema eleitoral e judiciário independente e transparente, são fundamentais para o enfrentamento da desinformação e dos autoritarismos e para o fortalecimento e proteção da democracia.

12. Promover a democratização das instituições de Estado, dos órgãos e funções do sistema de justiça e das profissões jurídicas públicas. *Poder judiciário, ministérios públicos, procuradorias, advocacias públicas, defensorias, administração do sistema eleitoral, funções policiais, deverão ser democratizadas e qualificadas por meio de mecanismos de participação efetiva e de controle efetivo da sociedade, por meio de eleições diretas e de conselhos de participação permanentes, com mecanismos de rotatividade. Ampliar a participação democrática no julgamento, por meio da constituição de órgãos colegiados de representação inclusiva e plural, para a solução de temas relativos à vida comunitária, aos conflitos cotidianos, ao direito à cidade, e para a formulação de políticas públicas, proporcionando a consciência, a formação e o empoderamento de cidadãos e cidadãs para a consecução da justiça como aspecto fundamental da vida e da experiência pública democrática.*

13. Promover a revisão e o aperfeiçoamento dos sistemas eleitorais e partidários frente à atual crise de representatividade e à descrença e perda de valor da política. Enfrentar a sub-representação de segmentos sociais explorados nas sociedades que vivemos. Isto também passa por mudanças profundas para reconstruir a forma *partido* e garantir a paridade entre os sexos/gêneros e representatividade étnico/racial nas casas legislativas.

14. Criminalizar a violência política e os ataques à democracia. Ações de viés autoritário não devem ser toleradas nem naturalizadas. Resgatar sistematicamente a memória histórica dos períodos autoritários, além de atualizar e aplicar rigorosamente as leis que punem discursos e crimes de ódio, muitas vezes utilizados para justificar práticas autoritárias. O discurso de ódio não deve ter espaço para prosperar no campo da política, uma vez que são prelúdio para ações autoritárias.

15. Proteger as/os defensoras/es de direitos humanos, de causas humanitárias, ambientais e pacifistas, assim como a liberdade e a pluralidade de imprensa, é essencial para a democracia e para a garantia das lutas e da defesa dos diferentes modos de vida, e contribuir para a cultura de respeito aos direitos humanos e fundamentais e à dignidade humana. Os países do G20 e do Sul global devem avançar em ações, programas e políticas concretas de proteção, bem como de investigação e responsabilização, pelas violências sofridas por defensoras/as destas causas.

16. Classificar a pobreza e a fome como crimes contra a humanidade e defender políticas econômicas globais que levem em consideração as assimetrias históricas entre o Norte e o Sul global. Isso inclui a revisão das políticas de dívida externa, a luta por um comércio mais justo, e a implementação de medidas que combatam o neocolonialismo econômico e que promovam o desenvolvimento sustentável, como por exemplo, a taxação global das grandes fortunas e a criação de um fundo global de justiça social.

17. Propor e exigir o cumprimento de políticas globais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas que sejam justas e equitativas, reconhecendo que os países do Sul global são os mais afetados pelo aquecimento global. A justiça climática deve ser um pilar central em um novo pacto de governança global, alinhado com a defesa da democracia e dos direitos dos povos. Isto também exige estabelecer um conjunto de reformas na arquitetura mundial de comércio e propriedade intelectual que permita a livre transferência da tecnologia necessária para uma transição ecológica justa e forneça imediatamente capacidades e incentivos aos países em desenvolvimento.

18. Fortalecer a solidariedade entre sociedades, povos e governos e ampliar o apoio e a cooperação direta com a sociedade civil organizada para a construção de outro mundo possível. Fortalecer e criar fóruns de decisão, que tratem de temas globais estratégicos, como democracia, clima, desenvolvimento e direitos humanos e fundamentais, com participação da sociedade civil organizada e autoridades de governos e organismos internacionais. Fortalecer os blocos regionais e globais, como a União Africana, ASEAN e UNASUL, BRICs para que atuem como pontes entre as necessidades locais e as decisões globais, proporcionando plataformas para articular demandas comuns e negociar políticas que representem realidades regionais. Disponibilizar recursos, treinamento e apoio técnico, gerando capacitação e empoderamento das organizações da sociedade civil no Sul global, para que possam participar eficazmente em processos e espaços de governança global. Isso inclui acesso a informações, oportunidades e plataformas de advocacy.

19. Fortalecer o multilateralismo e a cooperação entre Estados e governos. Reformar as instituições globais, como a ONU, para torná-las representativas e democráticas, garantindo que as



Ciclo de discussões

Democracia, Equidade e Enfrentamento ao Autoritarismo

Rio de Janeiro (RJ) - Brasil

vozes de todos os países, especialmente do Sul global, sejam ouvidas e consideradas nas decisões globais. Cada país deve ter direitos iguais para ter voz na formulação de políticas multilaterais e cooperação em relação à construção da paz, resolução de conflitos, mudanças climáticas e não proliferação de armas. Em particular, os países afetados por conflitos que estão no lado receptor de intervenções de construção da paz, humanitárias e de desenvolvimento precisam ser ouvidos.

20. Estabelecer uma aliança entre os países do Sul Global pela democracia e equidade.

O Sul global deve atuar como um bloco unificado em fóruns internacionais para defender políticas que reforcem a soberania, a autodeterminação e os direitos humanos em suas regiões. Criar mecanismos regionais para monitorar a radicalização da democracia, o respeito aos direitos humanos, a justiça socioambiental, a garantia de direitos fundamentais e a transparência. Um sistema multilateral e inclusivo.

Brasil, 15 de novembro de 2024.

Instituto Novos Paradigmas - INP

Academia Paulista de Direito

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil – AMDH

Associação Oficina Comunitária de Arte e Trabalho – AOCART

Associação Vida e Justiça

BRICs Policy Center

CAMP Escola do Bem Viver

Coletivo Brasileiro do FSM

Common Action Forum (CAF) Madrid

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC

Instituto AMSUR

Instituto de Direitos Humanos - IDhES

Instituto Democracia em Xequê

Instituto Diáspora Brasil - EUA

Instituto Futuro

Instituto Terramar

Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH Brasil

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

Processo de Articulação e Diálogo para a Cooperação Internacional no Brasil - PAD

SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia

Washington Brazil Office

20 PROPOSALS FOR G20

For democracy and equity and to fight authoritarianism

We are living at a time when capitalist development - ultra neoliberal and extractivist, built on the extinction of fundamental, human and social rights won by society's struggle - and reactionary and authoritarian extremism are jeopardizing and even preventing the dream of a society with equality and justice. Democratic forces need to find alternatives for the defense and construction of ways of life, with the preservation and enjoyment of common goods, in order to safeguard humanity itself and the planet. Confronting reactionary, ultra-neoliberal and authoritarian values, as well as proposing and defending counter-hegemonic values, is decisive for humanity. This requires legislation and public policies capable of pointing out how these values can constitute a better way of living life together and a cultural revolution associated with concrete measures representing this worldview.

Defending and strengthening democracy, with equity and respect for human rights, in all its fundamental extent, as well as nature, is the basis for the struggle to defend humanity and life in all its diversity. It is essential to confront the ravages of neoliberal capitalism, hatred and negationism, patriarchy and racism, with the preservation of common goods, in order to guarantee that the various forms of life are cared for, defended, preserved and developed, opposing the corrosion of democracy and human rights, in all their fundamental dimensions, in the global South and in the world.

- 1. Defend democracy as a form of society** in permanent construction and strengthen the ways in which democratic processes are not captured, weakened or made unfeasible. Defend the democratization of power, of solidarity between people, of the reorganization of common life in democratic forms and direct participation, which presuppose economic, social, cultural, educational and environmental rights and policies, among others, capable of sustaining the dissemination of these new values in practice.
- 2. Promote equality and equity by tackling inequalities** as a global action by states, in a universal, indivisible and interdependent way. Concrete measures to radically reduce the concentration of wealth and establish procedures for universal access to basic income, combined with protections, reparations and public policies, in order to guarantee the self-determination and rights of all people.

- 3. Progressing in overcoming practices of hatred, intolerance and discrimination** is a condition for more democratic societies. This requires developing permanent processes of monitoring and denouncing practices that feed on the worst historical experiences of dehumanization (Nazism, fascism, slavery, extermination, authoritarianism, genocide, colonialism) and adopting concrete public programs and actions to confront fundamentalism and violence of all kinds, especially those based on religion and culture, in order to promote restorative coexistence and expand processes of intercultural and religious dialogue.
- 4. Promote the defense of the secularity of the state**, with mechanisms and procedures to ensure that religious doctrines do not interfere in the powers of democratic states and their public policies, such as education, culture and health. This implies establishing control over access to public funds, as well as over tax exemptions for religious organizations and entities and prohibiting the use of religious symbols in public spaces.
- 5. Advance the consolidation of society's participation policy and direct democracy mechanisms**, such as councils, plebiscites, referendums, bills and free and informed consultation on political and daily life, in order to create conditions for social control over the state and the implementation of public policies. Endowing participation with deliberative power over all public policies, not just social policies, so that mechanisms of direct and participatory democracy contribute towards tackling inequalities, guaranteeing equity and human and fundamental rights for all people. Opening up the coordination of referendums and plebiscites to civil society, covering economic policies and development megaprojects that generate destructive impacts on countries, regions, the environment, or territories and specific peoples and/or groups.
- 6. Fight the weakening of democratic dynamics and structures.** For this to happen, it is essential that the insurgent and instituting processes, produced by a significant diversity of subjects and expressions, which are anti-racist, anti-patriarchal, anti-colonialist and horizontal, are permanent and have concrete measures for their protection and promotion.
- 7. Overcome the model of infinite accumulation with colonialist, predatory and expropriatory practices**, which continue to reproduce dynamics of concentration and growing inequality. Promoting alternatives of solidary economy, technological innovation and environmental balance to promote good living and the abundance of what is sufficient to meet human needs without the indiscriminate use of nature. Fair responsibility for domestic work, between men and women, companies and the state. We need to build post-capitalist strategies for coexistence and a new right to development that prevents unsustainable futures, based on relationships of respect, protection, appreciation and promotion of life..

8. Confront the corporate power that increasingly surrounds our lives, that privatizes and excessively expropriates common goods and controls individual data. Revitalize and strengthen common, public and state processes; regulate the corporate power of large companies and speculative and unproductive capital; hold companies accountable for the damage and violence caused to nature and human lives through binding legislation and instruments at national and international level. Strengthen and expand mechanisms to control and regulate the actions and influence of corporate power and licit and illicit private interests (organized crime and militias) in electoral processes, overriding the collective interests that impact on our lives. Prevent the actions and influence of licit and illicit corporations (organized crime and militias) in political life, as well as violence, deprivation of access to essential goods and services, and fear as mechanisms for imposing decisions or preventing effective citizen participation in political life, by strengthening internal and international control and information mechanisms, and by reinforcing social and political movements and collectives and improving modes of social and political organization.

9. Expand the formation of a democratic and egalitarian political culture with education and training practices for exercising democracy and confronting all types of violence in society. This requires ongoing and extensive training in formal education spaces and community education processes. Including training in artificial intelligence and information technologies at the service of societies, promoting historical memory, which reinforces the right to refuse, to “never again” and the right to resist authoritarian forms, confronting the dynamics of erasure and forgetting of dictatorships and colonial processes, in order to build shared values. Reforms to education, culture, legal teaching and state careers, making democracy a fundamental core of the training of jurists and legal professionals, as well as justice and public administration.

10. Tackle disinformation and fake news to prevent political manipulation and protect democracy worldwide, particularly in the Global South. Develop regional and international partnerships that promote the regulation of the use of information technologies, including artificial intelligence, digital platforms and the protection of information integrity through cross-border and international cooperation. Adopt and improve measures to moderate content on social networks, with greater transparency and accountability on the part of big techs. Media and citizenship education at all levels of education in order to train people to discern true and false information, reducing people's vulnerability to manipulation and misleading political propaganda. Create the means to set up public digital social networks for the discussion of issues relating to common life, in competition with private digital social networks, with democratic, broad, inclusive and plural access for society, adopting mechanisms that prevent the control and manipulation of organized licit and illicit economic corporations.

11. Defend and strengthen the institutions and bodies responsible for electoral processes and the exercise of democratic freedoms. Bodies such as electoral courts and the media need to be regulated and strengthened, so that they can act with autonomy, transparency and a commitment to the exercise of citizenship. A free, plural and responsible media, allied to an independent and transparent electoral and judicial system, are fundamental for confronting disinformation and authoritarianism and for strengthening and protecting democracy.

12. Promote the democratization of state institutions, the bodies and functions of the justice system and the public legal professions. *The judiciary, public ministries, public prosecutors, public defenders, the administration of the electoral system and police functions should be democratized and qualified through mechanisms of effective participation and effective control of society, through direct elections and permanent participation councils, with rotation mechanisms. Broadening democratic participation in the trial, through the establishment of collegiate bodies with inclusive and plural representation, to resolve issues relating to community life, everyday conflicts, the right to the city, and the formulation of public policies, providing awareness, training and empowerment of citizens to achieve justice as a fundamental aspect of life and the democratic public experience.*

13. Promote the revision and improvement of electoral and party systems in the face of the current crisis of representativeness and the disbelief and loss of the value of politics. Tackling the under-representation of exploited social segments in the societies we live in. This also involves profound changes to rebuild the party form and guarantee gender parity and ethnic/racial representation in legislative houses.

14. Criminalize political violence and attacks on democracy. Authoritarian actions must not be tolerated or naturalized. Systematically recovering the historical memory of authoritarian periods, as well as updating and rigorously enforcing laws that punish hate speech and hate crimes, which are often used to justify authoritarian practices. Hate speech must not be allowed to flourish in the field of politics, as it is a prelude to authoritarian actions.

15. Protecting defenders of human rights, humanitarian, environmental and pacifist causes, as well as freedom and plurality of the press, is essential for democracy and for guaranteeing struggles and the defense of different ways of life, and contributes to a culture of respect for human and fundamental rights and human dignity. The countries of the G20 and the global South must move forward with concrete actions, programs and policies for protection, as well as investigation and accountability for the violence suffered by defenders of these causes.

16. Classify poverty and hunger as crimes against humanity and defend global economic policies that take into account the historical asymmetries between the global North and South. This includes reviewing foreign debt policies, striving for fairer trade, and implementing measures that combat economic neo-colonialism and promote sustainable development, such as the global taxation of large fortunes and the creation of a global social justice fund.

17. Propose and demand compliance with global climate change mitigation and adaptation policies that are fair and equitable, recognizing that the countries of the global South are the most affected by global warming. Climate justice must be a central pillar in a new global governance pact, aligned with the defense of democracy and peoples' rights. This also requires establishing a set of reforms in the global trade and intellectual property structure that allows the free transfer of the technology needed for a just ecological transition and immediately provides capacities and incentives to developing countries.

18. Strengthen solidarity between societies, peoples and governments and expand support and direct cooperation with organized civil society to build another possible world. Strengthen and create decision-making forums dealing with strategic global issues such as democracy, climate, development and human and fundamental rights, with the participation of organized civil society and government authorities and international organizations. Strengthen regional and global blocs, such as the African Union, ASEAN and UNASUR, BRICs to act as bridges between local needs and global decisions, providing platforms to articulate common demands and negotiate policies that represent regional realities. Provide resources, training and technical support, building the capacity and empowerment of civil society organizations in the global South so that they can participate effectively in global governance processes and spaces. This includes access to information, opportunities and advocacy platforms.

19. Strengthen multilateralism and cooperation between states and governments. Reform global institutions, such as the UN, to make them representative and democratic, ensuring that the voices of all countries, especially from the global South, are heard and considered in global decisions. Every country must have equal rights to a voice in multilateral policy-making and cooperation in relation to peace-building, conflict resolution, climate change and the non-proliferation of weapons. In particular, conflict-affected countries that are on the receiving end of peacebuilding, humanitarian and development interventions need to be heard.

20. Establish an alliance between the countries of the Global South for democracy and equity. The Global South must act as a unified bloc in international forums to defend policies that strengthen sovereignty, self-determination and human rights in their regions. Create regional mechanisms to monitor the radicalization of democracy, respect for human rights, socio-

environmental justice, the guarantee of fundamental rights and transparency. A multilateral and inclusive system, the guarantee of fundamental rights and transparency. A multilateral and inclusive system.

Brazil, November 15th of 2024.

Instituto Novos Paradigmas - INP
Academia Paulista de Direito
Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil – AMDH
Associação Oficina Comunitária de Arte e Trabalho – AOCART
Associação Vida e Justiça
BRICs Policy Center
CAMP Escola do Bem Viver
Coletivo Brasileiro do FSM
Common Action Forum (CAF) Madrid
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC
Instituto AMSUR
Instituto de Direitos Humanos - IDhES
Instituto Democracia em Xequê
Instituto Diáspora Brasil - EUA
Instituto Futuro
Instituto Terramar
Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH Brasil
Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
Processo de Articulação e Diálogo para a Cooperação Internacional no Brasil - PAD
SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia
Washington Brazil Office